

# Sumário

<b>Lista de Siglas</b> .....	IX
<b>Prefácio</b> .....	XV
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 O Princípio da Presunção de Inocência Enquanto Direito Humano de Primeira Geração. Persecução Penal x Direitos Humanos</b> .....	9
1.1 Escalonamento do bloco de normatividade: Distinção entre regras e princípios.....	9
1.2 Aspectos históricos do princípio da presunção de inocência. ....	13
1.3 Presunção de inocência enquanto instrumento de efetivação da liberdade de locomoção e sua aplicação no âmbito internacional.....	15
1.4 Presunção de inocência e execução provisória da pena privativa de liberdade. ....	21
1.5 Do Princípio da Proporcionalidade. ....	23
1.6 Da prevalência do Princípio da Presunção de Inocência frente o Direito à Segurança Pública: Solução do conflito aparente à luz do Princípio da Proporcionalidade. ....	28
<b>2 Da Trajetória Jurisprudencial do Tema no Âmbito do Supremo Tribunal Federal Até a Tramitação das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54</b> .....	37

2.1 Das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43, 44 e 54.....	39
2.1.1 Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 43: Petição Inicial.....	39
2.1.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 44: Petição Inicial. ....	41
2.1.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 54: Petição Inicial. ....	43
2.2 Da unificação das demandas. ....	44
2.3 Dos pedidos de habilitação como Amicus Curiae.....	45
2.4 Do julgamento das medidas cautelares pleiteadas nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43 e 44. ....	46
a) Dos fundamentos utilizados pelo Ministro Marco Aurélio. ....	48
b) Dos fundamentos utilizados pelo Ministro Edson Fachin....	50
c) Da fundamentação do Ministro Luís Roberto Barroso. ...	51
d) Dos fundamentos utilizados pelo Ministro Teori Zavascki. ....	52
e) Da razão de decidir do Ministro Luiz Fux. ....	54
f) Dos fundamentos utilizados pelo Ministro Dias Toffoli...54	
g) Da fundamentação utilizada pelo Ministro Ricardo Lewandowski. ....	56
h) Dos fundamentos apresentados pelo Ministro Gilmar Mendes. ....	57
i) Dos fundamentos utilizados pelo Ministro Celso de Mello. ....	58
j) Dos fundamentos utilizados pelo Ministra Cármen Lúcia.....	59
2.5 Do julgamento da medida cautelar pleiteada na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 54. ....	60

2.6 Do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43, 44 e 54. Parecer do Ministério Público Federal.....	60
2.7 Do julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43, 44 e 54. Entendimento majoritário da Corte pela procedência das demandas.....	63
a) Dos fundamentos utilizados pelo Ministro Marco Aurélio.....	65
b) Do voto do Ministro Alexandre de Moraes.....	67
c) Razões de decidir do Ministro Edson Fachin.....	69
d) Ministro Luís Roberto Barroso.....	70
e) Da fundamentação apresentada pela Ministra Rosa Weber.....	72
f) Dos fundamentos utilizados pelo Ministro Luiz Fux.....	74
g) Das razões decisórias do Ministro Ricardo Lewandowski.....	75
h) Dos fundamentos da Ministra Cármen Lúcia.....	76
i) Da fundamentação apresentada pelo Ministro Gilmar Mendes.....	77
j) Das razões apresentadas pelo Ministro Celso de Mello.....	79
k) Do voto do Ministro Dias Toffoli.....	81
<b>3 Das Discussões Legislativas Acerca Execução da Pena Após o Julgamento em Segundo Grau: A Proposta de Emenda à Constituição nº 199/2019.....</b>	<b>83</b>
3.1 Da Justificativa à PEC 199/2019.....	84
3.2 Da Realização de Audiências Públicas.....	85
3.3 Do Parecer da Relatoria.....	101
3.4 Outras Propostas de Emenda à Constituição.....	109
<b>4 Reflexos Normativos da Lei 13.964/2019 (“Pacote Anticrime”) nas Prisões Cautelares e Observância à Presunção de Inocência.....</b>	<b>113</b>

4.1 Das prisões processuais. Alterações promovidas a partir da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Reforço legislativo ao princípio da presunção de inocência e ao caráter de excepcionalidade e contemporaneidade das medidas de segregação. ....	114
4.1.1 Das inovações no regime da prisão em flagrante. ....	116
4.1.2 Das mudanças no regime da prisão preventiva. Presunção de inocência, excepcionalidade da prisão e contemporaneidade do periculum libertatis robustecidas pela inovação legislativa. ....	118
4.2 Da inovação legislativa na ritualística do tribunal do júri. Previsão legal de execução provisória da pena após condenação pelo conselho de sentença. Violação à Constituição Federal e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43, 44 e 54.....	121
4.2.1 Da soberania dos veredictos: Impossibilidade de afastamento da presunção de inocência. ....	124
4.2.2 Da violação à garantia do duplo grau de jurisdição. ....	126
4.2.3 Do Posicionamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça .....	128
4.2.4 Da discussão da controvérsia no Supremo Tribunal Federal. ....	129
<b>Conclusão</b> .....	131
<b>Referências</b> .....	135